

A importância da educação em saúde para reabilitação neuropsicossocial em comunidades terapêuticas: relato de experiência

The importance of health education for neuropsychosocial rehabilitation in therapeutic communities: experience report

La importancia de la educación sanitaria para la rehabilitación neuropsicosocial en comunidades terapéuticas: informe de una experiencia

Recebido: 01/08/2023 | Revisado: 15/08/2023 | Aceitado: 16/08/2023 | Publicado: 20/08/2023

Pedro Elias Patente Freire

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7294-4880>

Universidade Federal de Lavras, Brasil

E-mail: pedro.freire@estudante.ufla.br

Ana Clara Borges Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2578-0600>

Universidade Federal de Lavras, Brasil

E-mail: ana.silva129@estudante.ufla.br

Chrystian Araújo Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6562-7184>

Universidade Federal de Lavras, Brasil

E-mail: chrystian.pereira@ufla.br

Resumo

Introdução: A dependência química é um grande problema social e de saúde pública. Durante o tratamento exercido em Comunidades Terapêuticas, há uma reflexão vivencial provocada pelo afastamento das drogas e da sociedade. Objetivo: relatar a experiência em uma Comunidade Terapêutica no Município de Lavras-MG, bem como seus desafios políticos, apresentando uma reflexão sobre o papel dessas entidades no contexto de vigilância e educação em saúde, e como tais intervenções podem contribuir significativamente para a adesão terapêutica. Método: participaram das atividades 38 pacientes do sexo masculino com idade média de 35 anos que estavam em tratamento. Foram desenvolvidas ações de saúde em campo ambulatorial e abordagens em forma de palestras com temáticas voltadas para as perspectivas de saúde dos indivíduos com a finalidade de abordar a importância das práticas assistenciais e de educação em internos em reabilitação neuropsicossocial. Onde a principal hipótese é que há uma relação direta entre a percepção de futuro pelos internos à medida que retornam ao estado de bem-estar. Resultados: reflexões vinculadas à definição de saúde, do impacto de drogas na cognição e aspectos de reabilitação neurológica, da percepção individual de recuperação e a perspectiva de futuro e, não distante, a dificuldade enfrentada pela Comunidade Terapêutica ao suporte em saúde. Conclusão: durante a construção desse relato, observou-se que as ações de saúde são de fundamental importância no processo de reabilitação dos pacientes em tratamento de vícios dentro de Comunidades Terapêuticas.

Palavras-chave: Saúde pública; Saúde mental; Usuários de drogas; Comunidade terapêutica.

Abstract

Introduction: Chemical dependency is a major social and public health problem. During the treatment conducted in Therapeutic Communities, there is an experiential reflection caused by the removal from drugs and society. Objective: To report the experience in a Therapeutic Community in the Municipality of Lavras-MG, as well as its political challenges, presenting a reflection on the role of these entities in the context of health surveillance and education, and how such interventions can significantly contribute to therapeutic adherence. Method: 38 male patients with an average age of 35 years, who were undergoing treatment, participated in the activities. Health actions were developed in the outpatient field, and approaches in the form of lectures were given, focusing on the health perspectives of individuals in order to address the importance of care and education practices in neuropsychosocial rehabilitation for the patients in treatment. The main hypothesis is that there is a direct relationship between the perception of the future by inmates as they return to a state of well-being. Results: Reflections were linked to the definition of health, the impact of drugs on cognition and aspects of neurological rehabilitation, the individual perception of recovery and the perspective of the future, as well as the challenges faced by the Therapeutic Community in providing health support. Conclusion: During the construction of this report, it was observed that health actions are of fundamental importance in the rehabilitation process of patients undergoing treatment for addiction within Therapeutic Communities.

Keywords: Public health; Mental health; Drug users; Therapeutic community.

Resumen

Introducción: La dependencia química es un gran problema social y de salud pública. Durante el tratamiento ejercido en Comunidades Terapéuticas, se produce una reflexión experiencial causada por el alejamiento de las drogas y la sociedad. **Objetivo:** Relatar la experiencia en una Comunidad Terapéutica en el Municipio de Lavras-MG, así como sus desafíos políticos, presentando una reflexión sobre el papel de estas entidades en el contexto de vigilancia y educación en salud, y cómo tales intervenciones pueden contribuir significativamente a la adhesión terapéutica. **Método:** Participaron en las actividades 38 pacientes del sexo masculino con una edad promedio de 35 años que estaban en tratamiento. Se desarrollaron acciones de salud en el campo ambulatorio y se llevaron a cabo abordajes en forma de conferencias con temáticas centradas en las perspectivas de salud de los individuos con el fin de abordar la importancia de las prácticas asistenciales y de educación en internos en rehabilitación neuropsicosocial. Donde la principal hipótesis es que existe una relación directa entre la percepción del futuro por parte de los internos a medida que regresan a un estado de bienestar. **Resultados:** Reflexiones vinculadas a la definición de salud, el impacto de las drogas en la cognición y aspectos de rehabilitación neurológica, la percepción individual de la recuperación y la perspectiva del futuro, así como las dificultades que enfrenta la Comunidad Terapéutica para brindar apoyo en salud. **Conclusión:** Durante la elaboración de este informe, se observó que las acciones de salud son de fundamental importancia en el proceso de rehabilitación de los pacientes en tratamiento por adicción dentro de las Comunidades Terapéuticas.

Palabras clave: Salud pública; Salud mental; Consumidores de drogas; Comunidad terapéutica.

1. Introdução

A dependência química se tornou um grande problema social e de saúde pública que afeta pessoas de todas as idades, gêneros e classes sociais (Sousa & Oliveira, 2010). O dependente químico é uma pessoa que desenvolveu uma dependência física e/ou psicológica em relação a uma ou mais substâncias psicoativas, como álcool, tabaco, maconha, cocaína, opiáceos, entre outras. O uso dessas substâncias leva a mudanças significativas no comportamento, pensamento e percepção da realidade, afetando negativamente a vida pessoal, social e profissional do indivíduo (Beebe et al., 2006; Oliveira et al., 2023). No Brasil, uma das formas de suporte na Rede de Atenção Psicossocial, definidos na portaria Nº 3.088/2011 pelo Ministério da Saúde, são os serviços de atenção em regime residencial, entre os quais a Comunidade Terapêutica é prestadora dos “serviço de saúde destinado a oferecer cuidados contínuos de saúde, de caráter residencial transitório por até nove meses para adultos com necessidades clínicas estáveis decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas” (Brasil, 2011).

A atenção voltada aos modelos holísticos de articulação do sistema de saúde abrange políticas públicas de caráter emancipatório e territorializado no que se refere à prática intensiva das Comunidades Terapêuticas. O maior marco legislativo foi a Resolução n. 01, de 19 de Agosto de 2015, onde o Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (CONAD) define Comunidades Terapêuticas como “entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa” (Brasil, 2015).

Ademais, em 2022, foram instituídas novas políticas em relação ao Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2022-2027, por meio da Resolução CONAD n.8 de 27 de Setembro de 2022, na qual foram previstas as necessidades de integração e de associação com a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) no campo financeiro e assistencial (Brasil, 2022). Sob tal demanda, a entidade deve fornecer subsídios para a integração dos serviços de atendimento à saúde, de modo que a projeção da reinserção psicossocial seja prevista em bases de reabilitação do interno na Comunidade Terapêutica, a fim de que se possa auxiliar em seu retorno às atividades na sociedade.

Tal tema tem seu destaque no que se refere às formas de atenção à saúde em diferentes populações que enfrentam realidades excêntricas ao meio urbano, associando-se à territórios não padrões da rede de assistência em saúde e social, caracterizando uma comunidade “SUS-dependente” não inserida, por vezes devido à distância geográfica dos centros urbanos, no contexto de integração das formas de suporte financeiro e políticos. Apesar do marco do Decreto nº 9.761/2019, no qual as Comunidade Terapêuticas passaram a fazer parte do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) (Brasil, 2019a; Brasil, 2019b), essas instituições ainda são vistas de modo suplementar ao SUS, não estando, portanto, inseridas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2019a).

Assim, tendo como base os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o tópico 3 aborda saúde e bem-estar de modo a “garantir o acesso à saúde de qualidade”, onde pode-se destacar a necessidade da “prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e uso nocivo do álcool” (United Nations, 2018). Tal reforço, atualmente, é executado de forma contínua e extensa pelas Comunidades Terapêuticas, que se encarregam de desenvolver reintegração psicossocial, motora e física de modo a convergir em bem-estar. Portanto, tais entidades agem indiretamente no controle de drogas, tendo um papel fundamental para a perspectiva dos internos sobre saúde e reinserção social.

Durante o tratamento, essencialmente, exercido em Comunidades Terapêuticas, há uma reflexão vivencial provocada pelo afastamento das drogas e da sociedade. De maneira que exista, fundamentalmente, um planejamento para pós-tratamento terapêutico, na qual tal iniciativa é acompanhada progressivamente com a reabilitação da saúde. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi relatar a experiência em uma Comunidade Terapêutica, apresentando uma reflexão sobre o papel dessas entidades no contexto de vigilância em saúde, e avaliar a hipótese de que os internos apresentam uma associação intrínseca de perspectiva de futuro à medida que retornam ao estado de bem-estar.

O principal aspecto inovador deste projeto é abordar a importância das práticas assistenciais e de educação em indivíduos em reabilitação neuropsicossocial por uso de drogas, de maneira que o conhecimento sobre o tema possa contribuir para a projeção de futuro, não estando restrito às Comunidades Terapêuticas. Portanto, o estudo pode trazer contribuições significativas para a compreensão dos fatores que influenciam a saúde, integridade e reinserção social.

2. Metodologia

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, elaborado por um acadêmico de medicina e uma nutricionista mestranda, ambos discentes da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em um momento de estágio extracurricular sob orientação docente. As vivências a serem relatadas aconteceram nos meses de Fevereiro a Abril de 2023, durante a realização de uma atividade voluntária com ênfase em estratégias de educação e vigilância em saúde em uma Comunidade Terapêutica para usuários de drogas em reabilitação, situada na cidade de Lavras, Minas Gerais.

Destaca-se a importância do relato de experiência à medida que permite a reflexão e o compartilhamento de vivências entre estudantes e/ou profissionais, colaborando com a divulgação e construção do conhecimento científico (Mussi et al., 2021). Assim, tal discussão torna-se relevante para formação acadêmica em diversos cursos, não se limitando apenas às áreas da saúde coletiva (Rodrigues et al., 2018).

Em um primeiro contato com a liderança do local, após solicitação prévia, foi agendada uma reunião tendo em vista os aspectos do parágrafo único do Art. 5º da Resolução n. 1/2015 do CONAD que visa a integração à rede de serviços e apoio à saúde, destacando o Art. 6º, inciso XIX, que propõe “articular junto à unidade de referência de saúde os cuidados necessários com o acolhido” (Brasil, 2015).

Além das intervenções de articulação, o Decreto n. 9.761/2019, que aprovou a Política Nacional sobre Drogas, prevê o apoio da recuperação em saúde às comunidades, em âmbito ambulatorial, como foi desenvolvido nessa proposta de extensão voluntária (Brasil, 2019).

Após a autorização da liderança responsável pela comunidade, foi feita uma visita à instituição e realizada uma reunião dos estudantes com a equipe responsável pela organização do local, a fim de se coletar informações sobre as principais demandas. Assim, foram estabelecidas duas propostas de intervenção à comunidade, sendo a primeira visando atenção à saúde e a segunda, educação.

Ao todo, no momento em que foi realizado o estudo, participaram 38 internos do sexo masculino entre 22 - 54 anos de idade, com média aritmética de idade de 35 anos, que estavam devidamente cadastrados e pertencentes juntos à Comunidade

Terapêutica, respeitando à resolução do CONAD (Brasil, 2015).

A primeira forma de atuação, sob forma de vigilância em saúde, foi por meio de consultas semanais ambulatoriais, durante 8 semanas, para o rastreamento de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus tipo II e obesidade, de modo que os dados coletados foram preenchidos eletronicamente e disponibilizados à diretoria sob forma de relatórios. Esses atendimentos aconteceram no auditório da instituição, local com infraestrutura adequada, com mesas e cadeiras devidamente limpas. O local também contava com portas e janelas, com boa ventilação e luminosidade. As consultas foram estritamente individuais, sendo aferidos a pressão arterial (PA), glicemia capilar (GC), dados antropométricos (peso e altura, IMC) além do preenchimento de uma ficha de ectoscopia para cada paciente. Os dados objetivos foram coletados a partir de um esfigmomanômetro e estetoscópio de marca padrão, um glicosímetro padrão, uma balança digital e uma fita métrica. Medidas de segurança e higiene foram devidamente tomadas, utilizando-se de luvas de látex descartáveis, algodão, álcool 70%, lancetas descartáveis e lixo adequado para descarte de materiais ambulatoriais.

A segunda linha de intervenção teve como objetivo ações educacionais. A partir disso, foram elaboradas palestras com base nas principais queixas apresentadas pela diretoria e pelos próprios organizadores com ênfase em processo saúde-doença, saúde mental e o impacto das drogas na cognição. Tais eventos foram realizados no auditório da instituição, com duração de 2 horas.

A Primeira palestra foi realizada no dia 13 de Março de 2023 e teve como temática: introdução à saúde, saúde mental e processo saúde-doença. Inicialmente, foi realizado um momento de interação com os internos, a fim de despertar a reflexão e coletar dados sobre as suas perspectivas de saúde, sendo elaborado um roteiro de perguntas baseado na Tabela 1.

Tabela 1 - Conceitos de saúde.

O que é saúde?
O que não é saúde?
Exemplos de doenças?
A saúde se define apenas em aspectos físicos?
Ansiedade e depressão também são doenças?
Você se considera uma pessoa saudável?

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Após esse momento de coleta, iniciou-se a palestra discorrendo detalhadamente sobre os conceitos de saúde definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Após a palestra ser finalizada, foi desenvolvida uma dinâmica em grupo com os participantes: foram distribuídos dois “post its” para cada pessoa que estava no auditório, um na cor verde e outro na cor vermelha. No primeiro, deveriam escrever uma palavra que representasse o que é saúde e no segundo uma palavra que definisse o que não é saúde, em seguida os papéis foram coletados para análises e posteriormente fornecidos à comunidade sob forma de um cartaz comparativo.

A segunda palestra foi ministrada no dia 13 de Abril de 2023 e o assunto abordado foi sobre o efeito do uso de drogas no cérebro e a neuroplasticidade, sendo a temática apresentada de forma lúdica “conhecendo o nosso cérebro”. No primeiro momento, foi desenvolvida uma dinâmica de anatomia palpatória da cabeça, onde todos tinham que identificar estruturas como

a artéria carótida comum, maxilar e temporal superficial, além dos principais osso proeminentes como maxilar, mandíbula, temporal, frontal, occipital e zigomático, fundamentados na Anatomia Orientada para a Clínica de Moore. A partir disso, houve uma explicação da importância estrutural para a proteção das estruturas encefálicas e como o organismo é moldado para a segurança do cérebro.

No segundo momento, foram discutidas áreas cerebrais, como Broca e Wernicke, e discorrido sobre a história marcante de Phineas Gage para o desenvolvimento da neurociência, baseados no material teórico de Neuroanatomia Funcional de Angelo Machado. Após, os palestrantes explicaram o conceito básico de neurônio e o seu funcionamento através de neurotransmissores, também utilizando analogias para a compreensão pedagógica. Por fim, foi realizada uma dinâmica sobre neuroplasticidade: um barbante foi distribuído para 5 participantes de modo a formar uma rede interneuronal, 4 deles em formato de losango e um na interseção entre as diagonais. O barbante para o indivíduo central foi cortado e foi explicado que mesmo que o neurônio central estivesse desativado, o estímulo ainda poderia chegar ao último neurônio através de outras vias, por meio da rede neural.

Por conseguinte, durante as semanas em que foram realizadas as atividades de vigilância em saúde e no período de interação com os internos nos momentos de discussão nas palestras, foi possível analisar alguns comportamentos e percepções vinculados à saúde, de maneira que algumas reflexões ficaram enfatizadas à medida que a vivência no local foi tendo como parâmetro o modelo observacional, como estruturado por Mussi et al. (2021). A fim de caracterizar o relato, tais reflexões tiveram como base a linguagem verbal e não-verbal dos internos com a equipe, de modo que trata-se de discussões a partir da experiência vivida pelos autores (Silva et al., 2000).

3. Resultados e Discussão

Durante os momentos de vivência juntamente à Comunidade Terapêutica algumas reflexões tornaram-se evidentes no âmbito de saúde de modo que tanto nos momentos de vigilância como nas discussões em educação, durante os períodos de interação das consultas e palestras, foi possível tomar nota de aspectos vinculados à definição de saúde, do impacto de drogas na cognição e aspectos de reabilitação neurológica, da percepção individual de recuperação e a perspectiva de futuro e, não distante, a dificuldade enfrentada pela Comunidade Terapêutica ao suporte em saúde.

Logo, tais abordagens foram de suma importância para o entendimento da abordagem ocupacional terapêutica da instituição, além da percepção da relevância do bem-estar em saúde para que se tenha uma efetiva reabilitação neuropsicossocial, como acontece em pacientes que apresentam algum grau de comprometimento cognitivo (Sanz, 2009).

3.1 Reflexões sobre a definição de saúde

As reflexões em saúde não foram autolimitadas ao momento vivencial, sendo marcadas profundamente por um estigma em que cada indivíduo tinha sua percepção e consciência de participação na comunidade e na sociedade.

A diversidade de visão sobre o tema pelos internos demonstrava uma certa heterogeneidade, em que cada qual identificava a sua realidade e discursava criticamente sobre ela. Mas, diferentemente da pluralidade de interpretações sobre o que é saúde, quando abordada a questão do que não é saúde, se teve uma espécie de convergência, onde os participantes frequentemente associavam a ausência de saúde às condições relacionadas ao campo do conhecimento vinculado às drogas, dependência química e fatores do processo de recuperação. Pesquisas demonstraram que à medida que a reabilitação acontece, juntamente à um processo de educação em saúde, há uma melhora do conhecimento sobre os efeitos, classificação e ação das substâncias no organismo, permitindo reflexão sobre os efeitos das substâncias psicoativas na vida de cada um (Lucchese et al., 2016). Desse modo, não foi incomum perceber nos relatos um vínculo em pares do processo de “não-saúde” com as palavras drogas, vícios, depressão entre outras definições, com maior especificidade do evento em si, por exemplo, álcool e crack. Assim, tais definições pontuais revelaram que os modos de percepção de bem-estar são ancorados com base na experiência individual,

por vezes, baseadas em práticas sociais, emocionais e físicas, fortemente presentes quando se trata de retratos pessoais marcados pela marginalização.

Ato contínuo, foi possível analisar o embasamento do conhecimento sobre os processos saúde-doença naquela comunidade. Como demonstrado pelo estudo de Lucchese et al., (2016), os usuários de drogas e álcool possuem um conhecimento prévio sobre os tipos de substâncias psicoativas antes de serem submetidos ao processo de tratamento. De modo análogo, os participantes tinham discursos e argumentos em contextos empíricos, mas que são fortemente influenciados pelas orientações dos profissionais de saúde que participam da rede de assistência.

O espaço temporal e geográfico entre os internos e as redes de atenção à saúde, levava a uma forma descontinuada dos mecanismos de abordagem terapêuticas convencionais, fornecendo uma visão em saúde distante daquela proposta juntamente aos centros de referência em tratamento químico, no meio urbano. Em uma comparação com estudos em adolescentes, entre 15 e 18 anos, em reabilitação química, foi possível perceber que a adesão ao tratamento farmacológico está relacionada ao acolhimento oferecido pelas instituições como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) com a criação de vínculos de preocupação na relação tratamento farmacológico com o indivíduo em reabilitação (Gonçalves et al., 2019) Portanto, essa quebra do vínculo das interações das redes de tratamento e os pacientes pode ser a responsável pela subversão do entendimento de saúde e bem-estar, afastando o indivíduo das formas de atenção. Por consequência, isso faz com que o tratamento medicamentoso seja percebido de forma diferente daquela proposta inicialmente nas estruturas de apoio.

3.2 Reflexões sobre o impacto de drogas na cognição e aspectos de reabilitação neurológica

Uma das maiores demandas relatadas pelos líderes da instituição foi referente aos aspectos neurológicos dos indivíduos. Durante a vivência e aproximação com os internos, ficaram perceptíveis as queixas e preocupações com relação à recuperação neurológica. Muitos internos utilizavam o termo “neurônio queimado” para descreverem suas condições, desacreditados de que poderiam voltar a ter um bom desempenho cognitivo futuramente e limitando a perspectiva de melhora e de saúde. Em estudos qualitativos, é possível perceber que os indivíduos reconhecem os efeitos negativos do uso do álcool e outras drogas em sua saúde comparando a um veneno que ocasiona diversas lesões em seu corpo (Cassol et al., 2012). Assim, há uma relação construída a partir de termos populares em que se associa o dano tecidual do uso de substâncias psicoativas com possíveis complicações patofisiológicas e, essencialmente, cognitivas.

Durante a realização da palestra, os participantes demonstraram uma imensa curiosidade sobre o tema, visualizada por uma postura ativa e efetivada por contribuições para a construção do autoconhecimento. Muitos perceberam que suas idealizações eram premeditadas e sentiram-se aliviados ao compreenderem o termo neuroplasticidade, como um reflexo da esperança de que poderiam voltar a almejar uma recuperação integral do par “saúde-cognição” (Ribeiro, 2019). Notou-se também que, durante a abordagem de algumas formas para estimular a neuroplasticidade, os internos sentiram-se motivados e dispostos a praticar atividades como leitura, exercícios físicos, artesanatos, escrita, aprendizagem de algum instrumento musical, prática de algum esporte e atividades culinárias. Dessa forma, foram buscando alternativas que pudessem ser aplicadas de acordo com os recursos disponibilizados na instituição.

Diante do exposto, torna-se evidente que os dependentes químicos em recuperação possuem uma visão equivocada sobre os prejuízos cognitivos e neurológicos que podem ser causados pelo uso de drogas. Logo, tal conceito teórico pode ser associado à falta de informação sobre o tema. Em contrapartida, é possível destacar o conhecimento e compreensão de que essas substâncias afetam os neurônios. Assim, é possível comparar com o estudo de Lucchese et al. (2016), em que a intervenção educação em saúde provocou uma melhora na identificação dos efeitos das substâncias psicoativas no organismo.

Portanto, torna-se evidente a necessidade da educação em saúde, fundamentalmente saúde mental, neurofisiologia e neuroplasticidade, para que se tenha uma melhora no entendimento e adesão aos processos de recuperação e estruturas

terapêuticas. As atividades educacionais vinculadas à saúde se mostraram importantes para formação crítica e reflexiva dos internos, contribuindo para o processo de recuperação (Farias, 2003). Ademais, análises demonstraram uma melhora no conhecimento de estratégias de reabilitação à medida que se tinha uma formação e aprendizado (Lucchese et al., 2016). Logo, o objetivo da elucidação da informação é proporcionar esperança e motivação a fim de que os internos em reabilitação neuropsicossocial possam voltar a ter novas perspectivas de futuro.

3.3 Reflexões sobre a percepção individual de recuperação e a perspectiva de futuro

Por definição, as Comunidades Terapêuticas são entidades que visam o caráter terapêutico transitório, onde o tempo máximo de permanência é de 12 meses, em um tempo delimitado de 2 anos, conforme a resolução do CONAD (Brasil, 2015). Assim, durante o tempo decorrido dos internos nessa instituição, foi possível observar algumas associações no que tange à recuperação de saúde vinculada à perspectiva de futuro.

De acordo com os estudos desenvolvidos por Inoue et al. (2019), os internos podem ser divididos em dois momentos, o primeiro caracterizado antes do tratamento e o outro durante a recuperação. Na primeira fase, é possível observar o que é denominado de “viver inautêntico”, onde o indivíduo se considera um peso para a família e a sociedade. Posteriormente, na segunda etapa, onde se tem o processo de reabilitação, há o que a autora chama de reencontrar o caminho para existir seguido por uma perspectiva de futuro. Não distante, também foi possível perceber essas sequências durante a vivência no local. Porém, uma análise relevante é que o intervalo de tempo entre a entrada na Comunidade Terapêutica e a perspectiva de futuro seguiam padrões extremos, por vezes precoces, por vezes tardio. Havia internos que no primeiro mês de reabilitação já se enxergavam inseridos na sociedade e fazendo planos para saída do local, ademais, também se tinha aqueles que por meses não tinham uma pretensão imediata de retornar às interações urbanas.

Além disso, a Comunidade Terapêutica onde foi realizado o projeto se situa distante cidade, podendo esse ser um fator que desvincule as práticas e vivências antigas que se tinham antes do tratamento, com as novas experiências e visões que foram desenvolvidas naquela comunidade. Souza et al. (2013), demonstraram que dependentes químicos em reabilitação em fazendas se mostraram mais motivados ao futuro em relação aos internos de centros hospitalares. Assim, é possível que o isolamento possa fornecer subsídios para a construção de uma nova perspectiva de vida e futuro, contribuindo para um processo de recuperação menos influenciado pelo contexto urbano.

Entretanto, um dos fatores que mais foi perceptível dentre os abordados, foi a relação proporcional de que à medida que os internos recuperavam o bem-estar, no que se refere à saúde individual, a perspectiva de futuro também acompanhava de maneira linear. A autoavaliação e autoimagem são fatores que contribuem para a reintegração desses indivíduos que são marcados por estigmas muitas vezes não limitados aos aspectos de dependência. Por isso, é possível discorrer sobre a importância das Comunidades Terapêuticas para essa espécie de reestruturação, onde o interno tem a oportunidade de se enxergar novamente dentro de si, na família e, por fim, na sociedade. Além disso, é possível observar que alguns parâmetros, como o aumento da massa corporal, também se associam proporcionalmente com a perspectiva de tratamento e recuperação.

3.4 Políticas públicas e a Comunidade Terapêutica

O Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2022-2027, instituído em Setembro de 2022, no objetivo estratégico 3, cita o compromisso de “promover a integração entre as políticas de cuidado, tratamento e reinserção social de usuários e dependentes de álcool, tabaco e outras drogas e as políticas setoriais, na perspectiva da promoção e garantia dos direitos (Brasil, 2020).

De modo que no objetivo estratégico 4, cita o plano de “estimular e apoiar, inclusive financeiramente, o aprimoramento, o desenvolvimento e a estruturação física e funcional das Comunidades Terapêuticas e de outras entidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e mútua ajuda, reinserção social, de prevenção e de capacitação continuada (Brasil, 2020).

Porém, a realidade acaba sendo distinta daquela proposta pelas políticas públicas, já que as Comunidades Terapêuticas não fazem parte de denominação estrutural e nominal do Sistema Único de Saúde (SUS), mesmo depois de 3 anos sendo componente do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) (Brasil, 2019). Assim, não há respaldo no que se refere ao aporte financeiro nessas instituições, que acabam sendo dependentes de voluntarismo, principalmente se forem entidades que não apresentam formas particulares de levantamento econômico, como é o caso da Comunidade Terapêutica Legalmente Constituída deste relato.

Outro impasse relatado foi sobre o inciso II, do Art. 6º da Resolução n.1/2015 do CONAD, onde descreve que as Comunidades Terapêuticas devem “somente acolher pessoas mediante avaliação diagnóstica prévia, emitida pela rede de saúde ou por profissional habilitado, que as considere aptas para o acolhimento” (Brasil, 2015). O que de modo prático se converte aos encaminhamentos fornecidos pelo Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD) às instituições. Assim, frequentemente, o tratamento farmacológico, resumido na receita médica, é visto como uma porta de entrada nas Comunidades Terapêuticas, pois com a terapêutica em andamento, o indivíduo é enxergado como “apto para o acolhimento”, como relata o Artigo 6º.

Assim, o problema da gama de medicamentos que a Comunidade Terapêutica deve ficar responsável é demonstrado pelas “farmácias” que existem dentro das instituições. Geralmente, são salas com inúmeras medicações, onde os organizadores acompanhados pela enfermeira da instituição controlam e asseguram que os internos tenham acesso aos medicamentos de uso controlado nos horários estabelecidos pelo receituário. Mesmo que tal prática não seja estabelecida pela Resolução n. 1 do CONAD (Brasil, 2015; Brasil 2019b) é possível que essa seja uma forma de atuação farmacológica e terapêutica mais segura e viável, com apoio técnico, haja vista a premissa de que a Comunidade Terapêutica é responsável pelos internos.

4. Considerações Finais

O relato de experiência tem como objetivo descrever a vivência e fomentar o pensamento crítico-reflexivo mediante à importância de educação e vigilância em saúde no contexto da reabilitação cognitiva, individual e social. Portanto, fornece uma abordagem prática que pode subsidiar o embasamento de políticas públicas que visam a promoção, atenção e desenvolvimento da saúde. Além disso, visa contribuir para a formação acadêmica ao oportunizar reflexões para a construção profissional.

No Brasil, a temática sobre o uso de drogas é vista como um grande problema de saúde pública, causando prejuízos neuropsicossociais aos indivíduos que possuem algum tipo de vício em substâncias psicoativas. Nesse contexto, as Comunidades Terapêuticas vêm desempenhando um importante papel nos processos de reabilitação. Essas instituições, apesar dos desafios financeiros e políticos, fornecem apoio de caráter residencial e transitório aos seus internos, através de recursos que almejam proporcionar o restabelecimento do bem-estar e da saúde psicológica e física dos mesmos.

Este relato apresentou reflexões sobre a importância do apoio às Comunidades Terapêuticas, destacando as intervenções de educação em saúde como um fator para contribuir com o processo de recuperação dos internos. Desse modo, tais ações buscaram fortalecer a adesão terapêutica, gerando autonomia e proporcionando conhecimento para que esses indivíduos pudessem estabelecer novas perspectivas de futuro, sendo os protagonistas durante a permanência na instituição.

Portanto, tendo em vista o cenário relatado, fica nítida a importância do desenvolvimento de mais políticas públicas que visam fornecer recursos financeiros, humanos, materiais e educacionais à essas instituições. Bem como a elaboração de interfaces com órgãos públicos, como as Universidades, através de seus projetos de extensão, que podem contribuir com intervenções multidisciplinares, abrangendo não apenas processos de reabilitação, mas também atuando efetivamente na prevenção, a fim de combater e reduzir o consumo de álcool e de outras drogas no Brasil.

Referências

- Beebe, T. J., McRae Jr, Ph D, J. A., & Barnes, S. A. (2006). A comparison of self-reported use of behavioral health services with Medicaid agency records in Minnesota. *Psychiatric Services*, 57(11), 1652-1654.
- Brasil. (2011). Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088/2011: Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2015). Ministério da Justiça. Resolução CONAD nº 01/2015: Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- Brasil. (2019a). Ministério da Saúde. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019: Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2019b). Ministério da Cidadania, Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. Curso COMPACT - Capacitação para Comunidades Terapêuticas. Florianópolis, UFSC.
- Brasil. (2022). Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. Resolução nº 8, de 27 de setembro de 2022: Aprova o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2022-2027. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- Cassol, P. B., Terra, M. G., Mostardeiro, S. C. T. D. S., Gonçalves, M. D. O., & Pinheiro, U. M. S. (2012). Tratamento em um grupo operativo em saúde: percepção dos usuários de álcool e outras drogas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 33, 132-138.
- Farias, F. L. R. D. (2003). Educação em saúde no trabalho da enfermagem com dependentes químicos. *Texto & contexto enferm*, 52-58.
- Gonçalves, J. R. L., Canassa, L. W., da Cruz, L. C., Pereira, A. R., dos Santos, D. M., & Gonçalves, A. R. (2019). Adesão ao tratamento: percepção de adolescentes dependentes químicos. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas* (Edição em Português), 15(1), 57-63.
- Inoue, L., Bellini, L. C., Paiano, M., Haddad, M. D. C. L., & Marcon, S. S. (2019). Percepções de vida e perspectivas de futuro de usuários de drogas: compreender para cuidar. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas* (Edição em Português), 15(2), 52-59.
- Lucchese, R., Nascimento, F. K., Vera, I., de Felipe, R. L., Fernandes, I. L., & de Assis Bueno, A. (2016). Educação em saúde com pessoas usuárias de álcool e outras drogas. *Cogitare Enfermagem*, 21(4).
- Mussi, R. F. D. F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. D. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Revista práxis educacional*, 17(48), 60-77.
- Oliveira, V., Guimarães, D. A., Gama, C. A. P. D., & Coelho, V. A. A. (2023). Tensionamentos no cuidado em Saúde Mental relacionados ao uso de Substâncias Psicoativas: dificuldades identificadas por profissionais da saúde pública. *Saúde em Debate*, 47, 133-145.
- Ribeiro, D. O. (2019). Neuroplasticidade na educação e reabilitação cognitiva da deficiência intelectual. *Revista Educação Especial*, 32, 1-20.
- Rodrigues, B. B., de Toledo, R. A., Corrêa, G. N., de Moura Nader, J., da Silva, M. M., Carrijo, J. B., ... & Fernandes, L. C. (2018). Educação em saúde associada à reabilitação de dependentes químicos no projeto esquadrão resgate: estratégias para abordagem desse grupo. *CIPEEX*, 2, 679-680.
- Sanz, S. D. (2009). Comprometimento cognitivo leve e reabilitação neuropsicológica: uma revisão bibliográfica.
- Silva, L. M. G. D., Brasil, V. V., Guimarães, H. C. Q. C. P., Savonitti, B. H. R. D. A., & Silva, M. J. P. D. (2000). Comunicação não-verbal: reflexões acerca da linguagem corporal. *Revista latino-americana de enfermagem*, 8, 52-58.
- Sousa, F. S. P. D., & Oliveira, E. N. (2010). Caracterização das internações de dependentes químicos em Unidade de Internação Psiquiátrica do Hospital Geral. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(3), 671-677.
- Sousa, P. F., Ribeiro, L. C. M., Melo, J. R. F., Maciel, S. C., & Oliveira, M. X. Dependentes químicos em tratamento: um estudo sobre a motivação para mudança. *Temas Psicol.* 2013; 21 (1): 259-68.
- United Nations. (2018). The 2030 Agenda and the Sustainable Development Goals: An opportunity for Latin America and the Caribbean (LC/G.2681-P/Rev.3). Santiago.